



B1

ISSN: 2595-1661

ARTIGO

Listas de conteúdos disponíveis em [Portal de Periódicos CAPES](#)

Revista JRG de Estudos Acadêmicos

Página da revista:


<https://revistajrg.com/index.php/jrg>


ISSN: 2595-1661

Revista JRG de
Estudos Acadêmicos

Transtorno do espectro autista: e a inclusão na educação infantil


Autism Spectrum Disorder: And inclusion in early childhood education


 DOI: 10.55892/jrg.v9i20.3227

 ARK: 57118/JRG.v9i20.3277

Recebido: 02/05/2026 | Aceito: 05/05/2026 | Publicado *on-line*: 06/05/2026

Raquel Oliveira Santiago¹


 <https://orcid.org/0009-0008-3642-395X>


 <http://lattes.cnpq.br/000000000000000000>

Unidade de Ensino Superior do Sul do Maranhão, MA, Brasil

E-mail: raquelsanttiago@live.com

Louise Veronica Costa Lima²

 <https://orcid.org/0000-0003-0867-7078>

 <http://lattes.cnpq.br/1440353826628493>

Unidade de Ensino Superior do Sul do Maranhão, MA, Brasil

E-mail: louise.lima@unisulma.edu.br



Resumo

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é uma condição neurológica que afeta o desenvolvimento social, comunicativo e comportamental dos indivíduos, com manifestações variadas que demandam diferentes níveis de suporte. No contexto educacional brasileiro, a inclusão de crianças com TEA na educação infantil configura-se como um direito assegurado pela Lei Brasileira de Inclusão (Lei n.º 13.146/2015), mas ainda enfrenta inúmeros desafios práticos. Este artigo tem por objetivo discutir, a partir de uma revisão integrativa da literatura, as contribuições das neurociências para a compreensão do TEA e para o desenvolvimento de práticas pedagógicas inclusivas efetivas. Os resultados indicam que estratégias baseadas em evidências neurocientíficas, como o uso de ferramentas visuais, adaptação sensorial do ambiente, mediação ativa e intervenções precoces, são fundamentais para garantir o acesso equitativo à aprendizagem. Diante disso, a inclusão genuína exige formação docente continuada, recursos adequados e uma parceria efetiva entre escola e família, de modo que cada criança com TEA possa aprender, pertencer e se desenvolver plenamente.

Palavras-chave: Transtorno do Espectro Autista. Inclusão escolar. Educação infantil. Neurociências.

¹ Graduando(a) em Psicologia pelo Instituto de Ensino Superior do Sul do Maranhão.

² Graduado(a) em Psicologia. Especialista em Gestalt Terapia.



Abstract

Autism Spectrum Disorder (ASD) is a neurological condition that affects individuals' social, communicative, and behavioral development, presenting varied manifestations that require different levels of support. In the Brazilian educational context, the inclusion of children with ASD in early childhood education is a right guaranteed by the Brazilian Law of Inclusion (Law No. 13,146/2015), yet it still faces numerous practical challenges. This article aims to discuss, through an integrative literature review, the contributions of neuroscience to the understanding of ASD and to the development of effective inclusive pedagogical practices. Results indicate that evidence-based neuroscientific strategies, such as the use of visual tools, sensory adaptation of the environment, active mediation, and early interventions, are fundamental to ensuring equitable access to learning. It is concluded that genuine inclusion requires ongoing teacher training, adequate resources, and effective school-family partnerships, so that each child with ASD can learn, belong, and develop fully. It's not a cost, it's a social responsibility. And every child has the right to learn, belong, and exist without needing to fit in.

Keywords: *Autism Spectrum Disorder. School inclusion. Early childhood education. Neuroscience.*

1. Introdução

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é uma condição neurológica que afeta o desenvolvimento do indivíduo e influencia a interação social, comunicação, comportamentos e interesses. Caracterizado como um distúrbio do neurodesenvolvimento, o TEA pode se manifestar de forma bastante variada, apresentando diferentes níveis de suporte e particularidades em cada pessoa (ROCHA; LACERDA; LIZZI, 2022). Nos últimos anos, o número de diagnósticos de TEA tem aumentado significativamente, não apenas devido à maior compreensão do transtorno, mas também ao avanço das ferramentas diagnósticas (OMS, 2021). A compreensão do TEA evoluiu significativamente nas últimas décadas, permitindo uma detecção e intervenção precoces, o que tem contribuído para melhorar o desenvolvimento e qualidade de vida das pessoas com essa condição. No entanto, ainda existem muitos desafios a serem enfrentados, especialmente no que diz respeito à inclusão social e educacional das pessoas com TEA (BUENO ET AL., 2022).

A educação inclusiva é um direito assegurado pela legislação brasileira, conforme estipulado na Lei Brasileira de Inclusão (Brasil, 2015), que visa garantir que todas as crianças, independentemente de suas condições, tenham acesso a um ambiente de aprendizado adaptado às suas necessidades. No entanto, a inclusão efetiva de crianças com TEA na educação infantil exige uma compreensão profunda das suas particularidades neurológicas. Nesse contexto, as neurociências têm se mostrado um campo crucial, ao oferecer informações sobre como o cérebro de crianças com autismo processa estímulos e reagem a diferentes contextos educativos (DAWSON ET AL., 2012).

De acordo com Amaral, Schumann e Nordahl (2017), estudos neuroanatômicos indicam que crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) apresentam diferenças significativas em áreas do cérebro, como o córtex pré-frontal e o sistema límbico, que estão diretamente ligadas ao comportamento social e à regulação emocional. Essas alterações estruturais e funcionais contribuem para os desafios característicos de interação social e comunicação observados em indivíduos com TEA.

As descobertas neurocientíficas recentes têm fornecido uma base sólida para a formulação de estratégias educacionais inclusivas para crianças com Transtorno do



Espectro Autista (TEA). De acordo com García e Mason (2017), compreender as diferenças no desenvolvimento neurocognitivo de crianças com TEA, como as alterações na conectividade cerebral e a plasticidade neural, permite a criação de programas educacionais que promovam uma abordagem mais adaptada às suas necessidades. A neuroplasticidade, em particular, é um conceito chave que sustenta a importância das intervenções precoces, visando o desenvolvimento de habilidades sociais e cognitivas essenciais para a inclusão escolar.

No entanto, a inclusão de crianças com TEA na educação infantil ainda enfrenta desafios importantes. Ferreira e Silva (2020), destacam que muitos professores não recebem a formação adequada para lidar com as demandas específicas dessas crianças, o que compromete a eficácia das políticas de inclusão. A falta de preparo pedagógico especializado e a escassez de recursos adaptados são barreiras que precisam ser superadas para garantir que essas crianças recebam uma educação inclusiva de qualidade que lhes é garantida por direito.

Diante desse cenário, a inclusão de crianças atípicas na educação infantil, fundamentada em abordagens específicas e evidências neurocientíficas, pode melhorar o desenvolvimento cognitivo e social, promovendo uma melhor integração na sociedade. Nesse sentido, este artigo tem como objetivo investigar a relação entre as práticas de inclusão de crianças autistas na educação infantil e as abordagens pedagógicas disponíveis, analisando como essas práticas podem contribuir para o desenvolvimento dessas crianças, identificando os desafios e barreiras na implementação dessas práticas e avaliar o impacto das mesmas na inclusão das crianças dentro do espectro.

A prevalência do TEA tem aumentado consideravelmente, com estimativas de que uma em cada 100 crianças tenha o transtorno (WHO, 2021). Esse aumento nas taxas de diagnóstico não se deve apenas à maior conscientização e melhoria nos critérios diagnósticos, mas também aos fatores genéticos e ambientais, como exposto por Volkmar, Paul, Klin e Cohen (2005). No Brasil, dados do Ministério da Saúde (2023) estimam que aproximadamente 2 milhões de pessoas vivem com TEA, reforçando a necessidade de preparar o ambiente escolar para receber essas crianças, especialmente na educação infantil, que representa um período de extrema importância para o desenvolvimento social e cognitivo.

As neurociências contribuíram significativamente para a compreensão das características neurológicas que afetam as crianças com TEA. Courchesne et al. (2007) identificaram que essas crianças podem apresentar um crescimento anormal do cérebro nos primeiros anos de vida, especialmente nas áreas responsáveis pela cognição e comunicação. Essas anomalias neurológicas afetam diretamente o processamento das informações sociais e sensoriais, comprometendo a interação com os pares no ambiente escolar.

Pesquisas sobre a conectividade neural revelam que as crianças com TEA tendem a apresentar conectividade excessiva em regiões locais do cérebro, enquanto as conexões de longo alcance, que facilitam a integração de informações de diferentes áreas, são menos eficientes (Just et al., 2012). Esse achado demonstra a dificuldade dessas crianças em processar múltiplos estímulos simultâneos, uma tarefa exigida no ambiente escolar, conforme descrito por Baron-Cohen (2002). Essa compreensão neurológica tem implicações diretas na forma como as práticas educacionais devem ser projetadas para incluir crianças com TEA.

Além disso, Dawson et al. (2012) destacam a importância das intervenções precoces, que, baseadas em princípios das neurociências, visam melhorar a plasticidade cerebral. A neuroplasticidade, conforme explicado por Doidge (2007), refere-se à



capacidade do cérebro de se reorganizar e adaptar em resposta a novas experiências e estímulos. Dessa forma, disciplinas precoces, principalmente em contextos educacionais, são essenciais para promover o desenvolvimento das funções cognitivas e sociais.

A inclusão de crianças com TEA na educação infantil é um desafio significativo. A legislação brasileira, por meio da Lei Brasileira de Inclusão (Brasil, 2015), garante o direito dessas crianças a uma educação inclusiva, garantindo que as escolas se adaptem para acolher as necessidades diversas. No entanto, a inclusão vai além da presença física na sala de aula, exigindo mudanças estruturais, pedagógicas e de atitudes que promovam o desenvolvimento integral dessas crianças.

Segundo Vargas (2016), a neurociência fornece subsídios importantes para a formulação de estratégias inclusivas na escola. Estratégias que respeitem as diferenças no processamento sensorial e cognitivo são fundamentais. Por exemplo, Mendes e Gouvêa (2018) discutem o uso de ferramentas visuais, como quadros de rotina e pictogramas, que ajudam a organizar o tempo e o espaço de forma mais clara para a criança com TEA, evitando a ansiedade e melhorando a compreensão das atividades escolares.

A formação de professores é outro ponto central na implementação de práticas inclusivas. Como apontado por Ferreira e Silva (2020), a falta de treinamento adequado sobre o TEA e a aplicação de estratégias baseadas em evidências neurocientíficas é um obstáculo para a inclusão efetiva. Estudos de Howlin et al. (2009) mostram que programas de formação continuada para educadores, com foco em comunicação alternativa e uso de tecnologias assistivas, podem melhorar significativamente o engajamento de crianças com TEA no ambiente escolar.

Vários modelos de intervenção foram desenvolvidos para apoiar a inclusão de crianças autistas, com base nos avanços das neurociências. O Modelo Denver de Intervenção Precoce, descrito por Rogers e Dawson (2010), é um exemplo que enfatiza a importância das interações sociais no desenvolvimento cognitivo e emocional. O modelo baseia-se no uso de brincadeiras e atividades interativas para promover habilidades comunicativas e sociais em crianças pequenas, destacando o papel central da escola nesse processo. Além disso, o uso de tecnologias assistivas desempenha um papel fundamental na inclusão de crianças com TEA, ajudando-as a superar barreiras de comunicação e aprendizagem, o que torna a experiência educacional mais acessível e participativa (Bosa, 2018).

No entanto, a inclusão de crianças com TEA na educação infantil também requer uma adaptação sensorial do ambiente. Conforme relatado por Sacks (2019), crianças com TEA podem apresentar hipersensibilidade ou hipossensibilidade a estímulos auditivos, visuais e táteis, o que pode gerar sobrecarga sensorial. Dessa forma, o ambiente escolar deve ser cuidadosamente projetado para minimizar fatores que possam desencadear comportamentos desafiadores, promovendo uma atmosfera mais tranquila e propícia ao aprendizado.

Embora as contribuições das neurociências tenham avançado a compreensão sobre o TEA e o desenvolvimento de práticas pedagógicas inclusivas, muitos desafios ainda persistem. A principal dificuldade, segundo Baron-Cohen (2017), reside na ampla variabilidade do espectro autista, o que exige abordagens educacionais personalizadas. A diversidade das manifestações do TEA implica que estratégias que funcionam para uma criança podem não ser eficazes para outra, exigindo uma fluidez por parte dos educadores.

A formação de professores continua sendo um ponto de destaque. De acordo com Ferreira e Silva (2020), muitos educadores ainda se sentem despreparados para lidar com as demandas de inclusão, o que afeta diretamente o sucesso da implementação das



práticas inclusivas. Portanto, é crucial que as políticas públicas e instituições educacionais invistam em programas de capacitação continuada e suporte técnico, garantindo que os profissionais estejam equipados com as ferramentas e conhecimentos necessários para promover a inclusão plena.

2. Metodologia

O presente trabalho adota a metodologia de revisão integrativa de literatura. Trata-se de um método que tem como finalidade sintetizar os resultados de pesquisas sobre um determinado tema ou questão de forma sistemática, ordenada e abrangente, empregando critérios rigorosos para oferecer o melhor conhecimento disponível acerca de um dado problema de pesquisa (ERCOLE; MELO; ALCOFORADO, 2014).

A revisão integrativa possui como base a prática baseada em evidências (PBE), que é caracterizada por uma abordagem voltada tanto ao cuidado quanto ao ensino, fundamentada no conhecimento e na qualidade da evidência. Envolve, pois, a definição do problema, a identificação das informações necessárias, a condução da busca de estudos na literatura e sua avaliação crítica, além da identificação da aplicabilidade dos dados oriundos das publicações e a determinação de sua utilização para o público-alvo da pesquisa (SOUZA; SILVA; CARVALHO, 2010, p. 102).

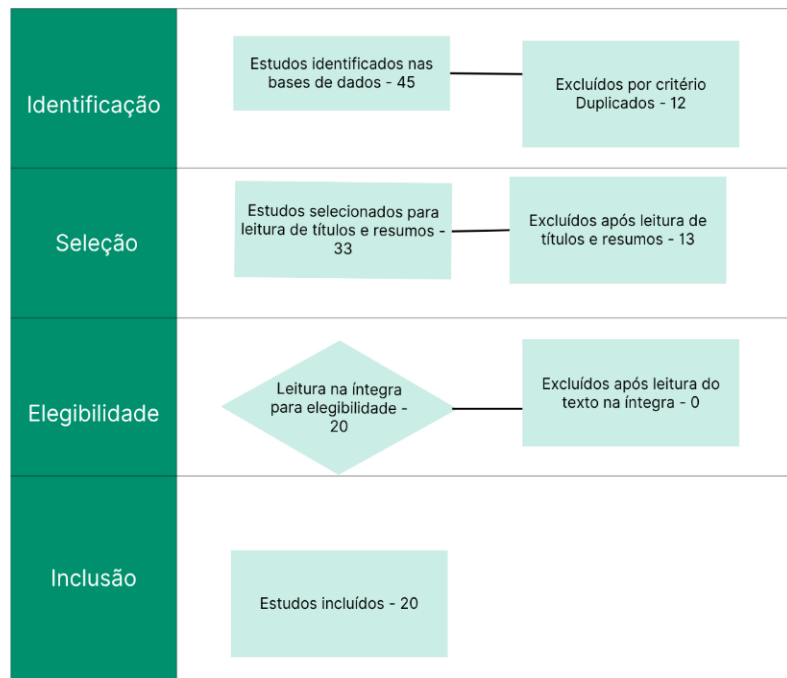
A coleta foi realizada por meio de uma busca em bases de dados e revistas reconhecidas por sua relevância em pesquisas, tais como SciELO, PubMed, Periódicos CAPES e Google Acadêmico. Para assegurar que a revisão fosse abrangente e atualizada, foram considerados artigos publicados no período de 2015 a 2024. O recorte temporal justifica-se pela necessidade de incluir pesquisas recentes e relevantes, que refletem avanços nos estudos sobre TEA e neurociências, com possíveis impactos na educação inclusiva.

A estratégia de busca incluiu a utilização de palavras-chave e descritores como "transtorno do espectro autista", "autismo", "neurociências", "inclusão escolar" e "educação infantil".

Para a seleção da amostra, seguiu-se um fluxo de quatro etapas:

1. Identificação: Busca inicial com os descritores "transtorno do espectro autista", "neurociências", "inclusão escolar" e "educação infantil", resultando em 45 artigos.
2. Triagem: Filtro por recorte temporal (2015-2024) e idioma (português e inglês), reduzindo para 33 artigos.
3. Elegibilidade: Leitura dos resumos para verificar a aderência ao tema (intersecção entre neurociências e educação inclusiva infantil), resultando em 20 artigos.
4. Inclusão: Leitura na íntegra e análise crítica, totalizando 20 artigos selecionados que fundamentaram a síntese final.

Figura 1 – Fluxograma (PRISMA) de seleção os estudos



Fonte: Elaboração própria, 2026.

O processo de seleção dos estudos foi conduzido conforme as recomendações do PRISMA, garantindo rigor metodológico e transparência. Inicialmente, foram identificados 45 estudos nas bases de dados consultadas. Após a remoção de 12 registros duplicados, permaneceram 33 estudos para a etapa de triagem.

Na fase de seleção, procedeu-se à leitura dos títulos e resumos, resultando na exclusão de 13 estudos por não atenderem aos critérios de inclusão previamente estabelecidos. Assim, 20 artigos foram considerados elegíveis para leitura na íntegra. Durante a etapa de elegibilidade, todos os estudos analisados atenderam aos critérios definidos, não havendo exclusões adicionais. Dessa forma, a amostra final da revisão integrativa foi composta por 20 artigos, os quais foram incluídos para análise qualitativa.

3. Resultados

Após a busca e seleção inicial, foram identificados estudos relevantes que foram analisados a partir dos seguintes eixos temáticos: contribuições para o entendimento do TEA; práticas inclusivas na educação infantil baseadas em evidências científicas; intervenções neurocientíficas aplicáveis ao contexto escolar; e desafios e limitações na implementação de práticas inclusivas.

Quadro 1 – Síntese dos estudos incluídos

Autores	Ano	Título/Fonte	País	Conteúdo	Principais Observações
AMARAL et al.	2008	Neuroanatomia do autismo	EUA	Neuroanatomia	Alterações no córtex pré-frontal e sistema límbico.
BARON-COHEN	2002	The extreme male brain theory	Reino Unido	Teoria Cognitiva	Dificuldades no processamento de informações sociais.
BOSA	2018	Autismo e inclusão	Brasil	Neurociência e Educação	Importância das tecnologias



					assistivas na inclusão.
COURCHESNE et al.	2007	Evidence of brain overgrowth	EUA	Neurodesenvolvimento	Crescimento cerebral atípico no primeiro ano de vida.
DAWSON et al.	2012	Early behavioral intervention	EUA	Intervenção Precoce	Impacto da estimulação na plasticidade cerebral.
FERREIRA; SILVA;	2020	Inclusão escolar e TEA	Brasil	Formação Docente	Necessidade de capacitação especializada para professores.
HOWLIN et al.	2009	Effectiveness of PECS	Reino Unido	Comunicação	Eficácia de sistemas visuais na interação escolar.
JUST et al.	2012	Neural information processing	EUA	Conectividade Neural	Déficits em conexões cerebrais de longo alcance.
MENDES; GOUVÊA	2018	Abordagem neurocientífica	Brasil	Estratégias Pedagógicas	Uso de ferramentas visuais e rotinas estruturadas.
ROCHA et al.	2022	Aspectos Neurológicos e Educacionais	Brasil	Revisão Teórica	Aumento dos diagnósticos e níveis de suporte.
ROGERS; DAWSON	2010	Early Start Denver Model	EUA	Prática Pedagógica	Modelo Denver focado em interações sociais e brincadeiras.
SOUZA et al.	2010	Revisão integrativa	Brasil	Metodologia	Definição dos critérios de busca e análise de evidências.
VARGAS	2016	Neurociência e educação		Inclusão Escolar	Subsídios científicos para adaptação curricular.

Os resultados demonstram uma convergência na literatura científica quanto à base neurobiológica do Transtorno do Espectro Autista (TEA). Estudos como os de Amaral et al. (2008) e Courchesne et al. (2007) evidenciam que as manifestações comportamentais no ambiente escolar são reflexos de alterações neuroanatômicas, como o crescimento cerebral atípico e disfunções no sistema límbico, que impactam diretamente a regulação emocional da criança.

No que tange à conectividade neural, os achados de Just et al. (2012) revelam que a dificuldade de integração de informações em larga escala no cérebro autista justifica a necessidade de instruções claras e fragmentadas no contexto pedagógico. Essa evidência corrobora a importância de estratégias baseadas em estímulos visuais, defendidas por Mendes e Gouvêa (2018) e Howlin et al. (2009), que utilizam sistemas como o PECS para reduzir a sobrecarga sensorial e facilitar a comunicação funcional.



Quanto às intervenções no período da educação infantil, os resultados apontam que a neuroplasticidade é o fator determinante para o sucesso da inclusão. O estudo de Dawson et al. (2012) destaca que intervenções precoces e estruturadas, como o Modelo Denver (Rogers & Dawson, 2010), são capazes de promover mudanças significativas nos padrões de resposta cerebral, aumentando as chances de autonomia e desenvolvimento social.

Por fim, os dados revelam que o maior obstáculo para a implementação dessas práticas é a lacuna na formação docente. Ferreira e Silva (2020) e Vargas (2016) apontam que, embora a neurociência ofereça subsídios práticos para a inclusão, os educadores ainda carecem de suporte técnico e capacitação continuada para transformar evidências científicas em práticas de sala de aula efetivas.

4 DISCUSSÃO

A análise qualitativa dos 20 estudos selecionados revela que a inclusão de crianças com TEA na educação infantil brasileira ainda padece de uma lacuna significativa entre a teoria legislativa e a prática cotidiana. Os dados mostram que a neuroplasticidade cerebral é o argumento científico mais robusto para a intervenção precoce. Conforme evidenciado por Dawson et al. (2012), intervenções comportamentais iniciadas na primeira infância têm o potencial de normalizar padrões de atividade cerebral, o que reforça o papel da escola como ambiente terapêutico e de desenvolvimento.

Entretanto, a discussão aponta que a conectividade neural atípica, caracterizada por excesso de conexões locais e déficit em conexões de longo alcance, exige que o professor atue como um "organizador sensorial". Os estudos de Just et al. (2012) e Baron-Cohen (2002) corroboram que, sem a simplificação de estímulos e o uso de suportes visuais defendidos por Mendes e Gouvêa (2018), o ambiente escolar torna-se hostil e desorganizador para a criança autista.

Outro ponto crítico discutido é a formação docente. Ferreira e Silva (2020) ressaltam que o sentimento de despreparo dos professores não é apenas uma percepção individual, mas reflexo de currículos de formação que ignoram as evidências neurocientíficas. A discussão conclui que a inclusão eficaz não depende apenas de empatia, mas de técnica: a aplicação de modelos como o Denver (Rogers & Dawson, 2010) e o uso de tecnologias assistivas (Bosa, 2018) são os diferenciais que transformam a integração física em pertencimento real. Portanto, a responsabilidade social mencionada no resumo do artigo deve ser traduzida em políticas públicas que garantam não apenas a matrícula, mas o suporte especializado e a adaptação ambiental contínua.

5. Conclusão

Inclusão não é só sobre colocar uma criança na sala, é sobre remodelar a sala até que a criança pertença. Inserir crianças autistas sem o mínimo critério na sala de aula, sem considerar o nível de suporte, a sobrecarga sensorial e sem flexibilização, é ignorar os princípios da inclusão. Quando pesquisamos o modelo de inclusão de outros países, conseguimos avaliar exatamente as falhas que ainda existem no Brasil, e até encontrar respostas para o que solucionaria o problema aqui.

Educação inclusiva sem acessibilidade na infraestrutura, sem maior número de professores capacitados, profissionais de apoio, cuidadores, sem melhores condições de trabalho, sem adaptações nos materiais e recursos, é um mero discurso que na prática se resume à utopia. Só quem está dentro das escolas e necessita dela para pertencer, sabe como é necessário, mas na prática é difícil, inclusão sem mudanças é somente economia do estado.



Muitas crianças autistas não aprendem apenas ouvindo. Explicações longas, muitas informações de uma vez, ou comandos complexos podem sobrecarregar o processamento. O cérebro autista costuma aprender melhor quando existe mediação ativa, observação, demonstração prática, contato visual direcionado. E muitas vezes, até ajuda física para iniciar as ações. Diante disto, em diversas situações, não basta apenas explicar, é preciso modelar o comportamento, mostrar o traçado, apontar durante a leitura, guiar a mão quando necessário, e construir o aprendizado passo a passo.

Ferramentas concretas ajudam muito, como: histórias sociais, livros, fantoches, objetos que a criança possa tocar e manipular. Quando o aprendizado sai do abstrato, se torna visual, concreto e mais lúdico, o cérebro organiza melhor as informações. Isso não significa que a criança tem, necessariamente, dificuldade de aprender. Significa, apenas, que o cérebro autista precisa de estratégias pedagógicas específicas, talvez um pouco mais de criatividade, e práticas baseadas em evidências, assim como as neurociências. Quando o ensino respeita isso, o aprendizado e a inclusão acontecem.

Toda criança autista é capaz de aprender. Mas é o profissional mediador que precisa encontrar o caminho certo para ensinar. Se a criança não está aprendendo, ou a inclusão não está sendo realizada na prática, não é falta de capacidade. É apenas um sinal de que ainda não foi encontrada a forma certa de ensinar. Com amor, dedicação, direcionamento e inclusão, os progressos acontecem.

Referências

AMARAL, D. G.; SCHUMANN, C. M.; NORDAHL, C. W. **Neuroanatomy of autism**. Trends in Neurosciences, 2008.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Diagnostic and statistical manual of mental disorders (DSM-5)**. 5th ed. Washington, DC: APA, 2013.

BARON-COHEN, S. **The extreme male brain theory of autism**. Trends in Cognitive Sciences, 2002.

BARON-COHEN, S. **The Pattern Seekers: How Autism Drives Human Invention**. New York: Basic Books, 2017.

BOSA, Cleonice. **Autismo e inclusão: A perspectiva da neurociência na educação**. Porto Alegre: Artmed, 2018.

BRASIL. **Lei n.º 13.146, de 6 de julho de 2015**. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF, 2015.

BUENO, M. G.; SILVA, R. T.; ANDRADE, P. F. **Avanços e Desafios na Compreensão e Inclusão de Pessoas com Transtorno do Espectro Autista**. Rio de Janeiro: Editora Científica Nacional, 2022.

COURCHESNE, E.; CARPER, R.; AKSHOOMOFF, N. **Evidence of brain overgrowth in the first year of life in autism**. JAMA, 2007.



DAWSON, G. et al. **Early behavioral intervention is associated with normalized brain activity in young children with autism.** Journal of the American Academy of Child & Adolescent Psychiatry, 2012.

DOIDGE, N. **O Cérebro que se Transforma: Histórias de Triunfo Pessoal das Fronteiras da Ciência Cerebral.** Rio de Janeiro: Record, 2007.

ERCOLE, F. F.; MELO, L. S.; ALCOFORADO, C. L. G. C. **Revisão Integrativa versus Revisão Sistemática.** Revista Mineira de Enfermagem, 2014.

FERREIRA, R.; SILVA, M. **Inclusão escolar e TEA: um olhar sobre a formação de professores.** Revista Brasileira de Educação Especial, 2020.

HOWLIN, P. et al. **The effectiveness of Picture Exchange Communication System (PECS) training for teachers of children with autism.** Journal of Child Psychology and Psychiatry, 2009.

JUST, M. A. et al. **Autism as a neural information processing disorder: Directions for research and targets for therapy.** Journal of Neurology, 2012.

MENDES, E.; GOUVÊA, M. C. **A inclusão de crianças com TEA: uma abordagem neurocientífica.** Revista de Educação Inclusiva, 2018.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Transtorno do Espectro Autista (TEA).** Brasília: MS, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br>.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Autism spectrum disorders.** 2021. Disponível em: <https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/autism-spectrum-dis>.

ROCHA, D. G.; LACERDA, L. M. de A.; LIZZI, E. A. C. **Transtorno do Espectro Autista: Aspectos Neurológicos e Educacionais.** São Paulo: Editora Universitária, 2022.

ROGERS, S. J.; DAWSON, G. **Early Start Denver Model for young children with autism: Promoting language, learning, and engagement.** New York: Guilford Press, 2010.

SOUZA, M. T. de; SILVA, M. D. da; CARVALHO, R. de. **Revisão integrativa: o que é e como fazer.** Einstein, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 102-106, 2010.

VARGAS, A. **Neurociência e educação: construindo caminhos para a inclusão escolar.** São Paulo: Editora Vozes, 2016.